NÃO PODEMOS TOLERAR QUE OS CRIMES PERPETRADOS PELO REGIME RACISTA DE PRETÓRIA CONTINUEM IMPUNES

— Joaquim Chissano na ONU

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do nosso País, Major-General Joaquim Chissano, pronunciou um vibrante discurso nas Nações Unidas, na sessão especial sobre a Namíbia, na última quarta-feira, em Nova Iorque. Através de uma sólida argumentação legal, baseada nos princípios normativos da própria ONU e nos inalienáveis direitos da Humanidade, o Ministro Chissano evidenciou a gravidade da situação criada pela atitude irracional do Governo da África do Sul.

Essa situação põe em risco a Paz e a Segurança na África Austral e constitui, também, «uma séria ameaça à Paz no Mundo», como sublinhou.

Ao longo da sua argumentação lógica, verdadeira e humanística, Joaquim Chissano verberou os crimes do «apartheid» e seus mentores e apoiantes.

A concluir o Ministro da RPM preconizou, em cinco pontos, quais as medidas a adoptar pela Assembleia das Nações Unidas para se pôr cobro aos hediondos crimes do «apartheid» nesta sua última agressão a Angola.

Dada a importância dessa intervenção a seguir publicamos o discurso do nosso Ministro:

Senhor Presidente
Distintos delegados

Esta assembleia reúne-se num momento particularmente grave, em que um dos países membros da nossa organização está sendo vítima de uma bárbara e hedionda invasão ao seu território nacional.

Angola é neste momento alvo de uma agressão flagrante e não provocada. O Povo angolano está sendo chacinado de uma forma indiscriminada pelas forças do regime racista e ilegal de Pretória.

Esta situação que se reveste de uma gravidade sem precedentes na história contemporânea e que ultrapassa a nossa imaginação exige que esta Assembleia tome consciência das intenções claras e inequívocas que norteiam o regime de Botha e tome as medidas apropriadas para pôr cobro a estes actos irresponsáveis.

Senhor Presidente

A invasão sul-africana a Angola não se traduz apenas numa ameaça à Paz e Segurança na África Austral.

A invasão ao território de um estado soberano e independente é uma violação directa a todos os princípios que basearam a criação da nossa organização, constitui uma séria ameaça à Paz no mundo.

Nós não podemos, nem devemos permanecer inertes perante uma situação desta natureza, situação que fere toda a nossa sensibilidade e violenta a consciência colectiva. Não podemos tolerar que os crimes perpetrados pelo regime racista de Pretória continuem impunes.

Não se trata efectivamente de um acto isolado, mascarado pelo pretexto do exercício de um direito de perseguição àqueles que a África do Sul apelida de terroristas.

Vejamos porque é que as acções criminosas de Pretória não são actos isolados.

Angola, como membro de pleno direito das Nações Unidas soube sempre cumprir as obrigações que a nossa organização lhe impõe para a eliminação do colonialismo, **apartheid** e do racismo — causas que constituem uma ameaça à Paz e segurança internacionais.

A África do Sul, bastião principal destas ideias retrógradas e bastião da manutenção do «statu quo» na África Austral, ao invadir Angola visa precisamente impedir que este país exprima de uma forma concreta a sua solidariedade com o Povo namíbio na sua luta pela autodeterminação e independência.

A África do Sul ao invadir Angola, visa impedir que este país cumpra as resoluções pertinentes da OUA, das Nações Unidas e dos Países Não-Alinhados que reafirmam a justeza da luta do Povo da Namíbia, que sob a direcção da SWAPO, luta de armas na mão para a conquista do seu direito a viver como um povo livre.

Este acto macabro do regime de Pretória insere-se numa estratégia mais global do imperialismo de desestabilização dos países da África Austral que preconizam o desenvolvimento independente da região. Insere-se no quadro da criação no sul de Angola de uma zona tampão para evitar a progressão e o desenvolvimento das actividades dos combatentes da SWAPO.

Por outro lado, também não é de se excluir que esta situação crie as condições próprias para a secessão de parte do território angolano, cuja direcção seria conferida a a uma dita UNITA, movimento fantoche criado pelo colonial-fascismo português e que continua a ser fomentado e alimentado pela África do Sul.

Devemos estar de alerta perante esta possibilidade, envidando todos os esforços para evitar o desmembramento de Angola pelo imperialismo.

Não podemos permitir que parte do território de um Estado membro da nossa organização seja entregue a bandos de assassínos.

Senhor Presidente,

Através de agressões e da promoção de grupos fantoches para a desestabilização dos países vizinhos, a África do Sul pretende transferir para além-fronteiras as contradições que prevalecem no seio do regime do **apartheid**. Pretende transferir a instabilidade e a revolta que a sua odiosa e repugnante política de discriminação engendra.

É um dever moral de todos os países ajudarem Angola a defender a sua soberania seriamente ameaçada. A retirada imediata das forças racistas é uma exigência que se impõe.

«A retirada imediata das forças racistas é uma exigência que se impõe» — Ministro Joaquim Chissano no Palácio da ONU, anteontem em Nova Iorque. (Foto de arquivo)

Senhor Presidente,

Face à amplitude e repercussão de todas estas acções, interrogamo-nos:

Quem fomenta a ousadia da África do Sul para enveredar em semelhante aventura?

Como é possível a África do Sul revelar-se cada vez mais intransigente na aplicação das decisões da comunidade internacional no que respeita à descolonização do território da Namíbia?

São as potências ocidentais que inspiram e revitalizam a atitude criminosa de Pretória.

É a passividade, é o silêncio, é a aquiescência, e até a concordância daqueles que possuem os meios capazes de persuadir o regime do **apartheid** a não praticar tão odiosos crimes que constituem o estímulo da agressividade deste regime.

Desde a reunião de Genebra, todas as tentativas de solução do problema namíbio resultaram num malogro devido à arrogância da África do Sul, com o apoio das potências ocidentais, particularmente os Estados Unidos da América.

A arrogância e a irresponsabilidade do regime minoritário e racista da África do Sul estão na base do fracasso da Conferência de Genebra e de todas as acções subsequentes que visavam solucionar o problema da Namíbia.

Os Estados Unidos da América sistematicamente bloqueiam todas as iniciativas que conduzem à solução do problema. Os Estados Unidos da América ao propor a revisão do plano das Nações Unidas contido na resolução 435 do Conselho de Segurança violam uma decisão do Órgão mais alto das Nações Unidas. Rompem o **consensus** universalmente aceite, em defesa do racismo e do **apartheid**, em defesa dos agressores e dos ocupacionistas, em defesa dos que massacram populações indefesas.

Quando na última sessão do Conselho de Segurança os Estados Unidos da América consideravam que a intransigência sul-africana é uma fonte de tensão, pretendiam granjear a simpatia dos países africanos e da comunidade internacional em geral. É sobejamente conhecido o apoio multiforme concedido pelos Estados Unidos da América ao regime do **apartheid** tanto no campo económico e financeiro como no campo militar.

Aos Estados Unidos da América se deve o desenvolvimento das relações económicas do mundo ocidental com o regime do **apartheid.**

Aos americanos se deve o incremento contínuo da indústria bélica de Pretória que conta hoje já com um considerável arsenal nuclear.

Ao equipararem, como fonte de tensão, a presença de tropas cubanas em Angola com a invasão deste país pela África do Sul, os Estados Unidos da América pretendem confundir a opinião pública sobre quem é o agressor e quem é o agredido. Trata-se de uma diversão. Uma aberrante ingerência nos assuntos internos do Estado Angolano.

Que autoridade assiste aos Estados Unidos da América para impor semelhante condição quando as suas tropas se encontram espalhadas em todo o mundo, e inclusivamente ocupam uma parte de Cuba?

Se as tropas cubanas se encontram em Angola é porque o Povo angolano assim o solicitou.. Elas estão ali a pedido do Povo angolano para fazer face à agressão racista condenada por todo o mundo como crime hediondo. E de resto foi a ingerência sul-africana e americana que forçaram a presença cubana.

Os povos amantes da Paz estão gratos pelo sacrifício suportado pelo Povo cubano em defesa do respeito e da dignidade humana.

A Namíbia não pode ser utilizada como moeda de troca para a presença dos interesses imperialistas na nossa região e sobretudo quando tais interesses são em detrimento da nossa liberdade, da nossa independência e da nossa soberania.

Senhor Presidente,

Após o malogro da Conferência de Genebra a questão namíbia foi considerada em diversos foruns, quer no Conselho de Segurança quer ao nível da Organização de Unidade Africana e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Em Fevereiro, a Organização de Unidade Africana adoptou em Arusha um plano de acção no qual se preconizam acções concretas, de entre as quais o aumento do apoio militar, financeiro, material e diplomático à SWAPO, a convocação de uma sessão para a imposição de sanções à Africa do Sul. Este plano preconiza ainda a assistência aos países da Linha da Frente para enfrentarem as agressões de que são vítimas.

Os países Não-Alinhados reunidos em Conferência Ministerial, endossaram as linhas fundamentais do plano de Arusha.

Foi em resposta ao mandato do Conselho de Ministros da OUA que o Grupo Africano nas Nações Unidas convocou em Abril último o Conselho de Segurança para se debruçar sobre esta questão dada a deterioração da situação, exigindo a adopção de medidas que a gravidade do momento exigia.

No Conselho de Segurança, as potências ocidentais, numa atitude obstrucionista, utilizaram o veto para impedir que se impusessem sanções à Africa do Sul, alegando que esta medida não iria contribuir para a solução do problema.

Ainda recentemente e uma vez mais, os Estados Unidos utilizando o veto não permitiram que a Africa do Sul fosse condenada pelas agressões perpetradas contra a República Popular de Angola. O veto dos Estados Unidos reforça e revitaliza o agressor.

A República Popular de Moçambique considera que a política e os actos da nova administração americana na sua colaboração estreita com o regime de Pretória são contrários às aspirações dos povos e às decisões da Organização das Nações Unidas.

É por isso dever da comunidade internacional condenar severamente estas atitudes dos Estados Unidos da América para assegurar a defesa da Paz no mundo, a liberdade

É também de lamentar a atitude abstencionista da Grã-Bretanha que não soube manter-se consequente com a atitude condenatória que manifestou na devida altura.

Abster-se de condenar o **apartheid** é, em última instância, estimulá-lo a levar a cabo a sua política e práticas hediondas.

Quando membros do Conselho de Segurança nos dizem que não podem condenar uma agressão armada perpetrada pelo regime racista que provoca centenas de mortes e a destruição de infra-estruturas que se cifram em centenas de milhões de dólares, porque a resolução contém expressões duras contra o agressor perguntamo-nos se valerá a pena procurar as soluções pacíficas através do Conselho de Segurança.

O Conselho de Segurança encontra-se bloqueado há largos anos e vê-se impossibilitado de aplicar resoluções unanimemente adoptadas, nomeadamente a resolução 435.

Várias vezes o Conselho de Segurança foi chamado a tomar medidas que de uma vez por todas pusessem termo às constantes violações de soberania e aos actos de agressão cometidos pela soldadesca de Pretória.

Todavia, os membros ocidentais permanentes do Conselho de Segurança, em particular os Estados Unidos da América, recusaram-se a velar pela aplicação da Carta, deixando as mãos livres para que os racistas e os sionistas matassem indiscriminadamente.

Isto porque as vítimas são africanos e árabes. Isto porque são as armas e a tecnologia do Ocidente que semeiam a destruição.

Os nossos povos e os nossos países são os campos preferidos das potências ocidentais para os seus testes bélicos.

Aos povos bombardeados e massacrados outro recurso não resta se não fazer apelo às forças de países amigos em conformidade com o artigo 51 da Carta

Exortamos a que todos os países respondam positiva e prontamente à chamada do Povo e Governo angolanos.

A legitimidade do apelo de Angola já não carece de argumentos ou justificações.

Aqui merece uma menção honrosa a louvável atitude que a França, um membro do grupo de cinco ocidentais, nos mostrou durante a última Sessão do Conselho de Segurança. A França votou com o completo sentido de responsabilidade. Saudamos esta posição em relação a África. Esperamos que a França vá mais longe dando mais passos em apoio à luta de libertação da África Austral.

Senhor Presidente,

A gravidade do momento que vivemos exige que esta Assembleia adopte medidas adequadas capazes de garantir a manutenção da Paz e segurança internacionais.

Devemos erradicar os factores que contribuem para este clima de guerra de que somos testemunhas. Em termos práticos preconizamos que:

1. O problema da Namíbia deve ser solucionado à luz das resoluções pertinentes das Nações Unidas;
2. A resolução 435 do Conselho de Segurança e o plano nela contemplado é o quadro político e jurídico em que deve assentar uma resolução para a transição jurídica do território da Namíbia à autodeterminação, e independência;
3. Toda a comunidade internacional deve assumir as suas responsabilidades perante o Povo namíbio, porque a Namíbia é um território internacional;
4. A Africa do Sul deve ser isolada política, económica e diplomaticamente. A República Popular de Moçambique apoia a aplicação de sanções totais e obrigatórias contra a África do Sul.

A República Popular de Moçambique não considera relevante o argumento segundo o qual a aplicação das sanções não conduziria a nenhum resultado positivo.

É importante que todos os países que de uma forma directa ou indirecta colaboram com a África do Sul, adoptem medidas unilaterais com vista ao isolamento do regime racista, como o fizeram já alguns países.

Para que as sanções sejam efectivas é condição fundamental que os países ocidentais, parceiros económicos e aliados da África do Sul, apliquem efectivamente as sanções.

5. A comunidade internacional deve prestar o seu apoio material e diplomático à SWAPO na luta armada pela libertação nacional, única via capaz de garantir a vitória final do Povo namíbio.

Senhor Presidente,
Distintos Delegados

A República Popular de Moçambique prossegue uma política de Paz. Só a preservação de um clima de Paz pode facultar o livre desenvolvimento e progresso dos povos da África Austral.

A liberdade para o Povo namíbio é uma condição **sine qua non** para o estabelecimento da Paz na África Austral.

A República Popular de Moçambique, guiada pelo espírito de solidariedade, reitera o seu apoio ao Povo da Namíbia dirigido pela SWAPO, seu único e autêntico representante.

O Povo da Namíbia vencerá!

A LUTA CONTINUA
Muito Obrigado.

Pormenor de patriotas angolanos por ocasião do comício de Luanda contra a agressão «boer» a sul do País. (Foto de Carlos Calado, enviado especial do «Notícias»)

Uma das centenas de vítimas da bárbara invasão racista a Angola. (Foto do enviado especial do «Notícias», Carlos Calado)

A sanha assassina dos sul-africanos patenteia-se na destruição do património dos angolanos. (A objectiva de Carlos Calado, nosso enviado a Angola, captou esta imagem)